
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 132/2013
16 DE JANEIRO DE 2013, VITÓRIA - ES

Aos 16 de janeiro de dois mil e treze, às treze horas e trinta minutos, no Auditório do Hotel Senac – Ilha do Boi, localizado à Rua Bráulio Macedo nº 417 – Ilha do Boi – Vitória/ES, foi iniciada a Audiência Pública nº 132/2013, conforme convocação do Aviso publicado no Diário Oficial da União, seção 3, do dia nove de janeiro de dois mil e treze e em jornais de grande circulação nacional e local, tais como Correio Braziliense (DF), Estado de Minas (MG), O Estado de São Paulo (nacional), A Gazeta (MT), A Tribuna (ES), A Tarde (BA), Correio do Estado (MS), Jornal do Tocantins (TO), O Popular (GO) que teve como objeto tornar público e colher sugestões, contribuições aos Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica para Concessão e aos Programas de Exploração das Rodovias BR-262/ES/MG, BR-050/GO/MG, BR-060/153/262/DF/GO/MG, BR-153/TO/GO, BR-101/BA, BR-163/MT e BR-163/267/262/MS, integrantes da 3ª Etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais – Fase III. Para composição da mesa da Audiência, foram indicados os seguintes representantes da Agência: a Senhora Cíntia Santiago Sobreira, Presidente da Audiência; a Senhora Cintia Ferreira Barreto, responsável pelos trabalhos da secretaria; a Senhora Viviane Esse e o Senhor Stéphane Louis Georges Quebaud, representantes da Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária; o Senhor Diogo Souza Moraes, representante da Procuradoria-Geral da ANTT e o Senhor Leonardo Mesquita Cavalcanti, representante da Ouvidoria da ANTT. Inicialmente, a Presidente da Audiência fez a leitura dos procedimentos, conforme Resolução ANTT nº 3.705/2011 e Deliberação ANTT nº 002/2013. Passou, em seguida, a palavra ao Senhor Stéphane Louis Georges Quebaud que fez a apresentação dos estudos de viabilidade técnica e econômica para a concessão da rodovia BR-262/ES/MG, objeto da Audiência. Após o intervalo, a Secretária da mesa fez uma breve colocação das contribuições previamente recebidas até o momento da Audiência, totalizando 09 (nove) por meio eletrônico e 01 (uma) por escrito, recebida no local. As contribuições recebidas por meio eletrônico versam sobre a previsão de execução de contornos no Lote 02 e faixas para ciclista. Quanto ao Edital ficou esclarecido que os questionamentos relativos à Edital e Contrato seriam objeto da Audiência Pública nº 131/2013 a ser realizada em Brasília, no dia 18 de janeiro de 2013. As outras 07 (sete) contribuições foram apresentadas pelo Senhor Alexandre Verona e tratam de balanças móveis e fixas, reforma de postos da PRF, construção e reforma de trevos e passarelas, iluminação, sinalização ao longo da BR, sinalização de perigo, especialmente na Serra do Macuco e restrição de peso entre as pontes entre Araxá e Uberaba. A Senhora Viviane Esse, Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, informou que o Edital prevê a execução de quatro balanças fixas; não há previsão de balanças móveis, porque a ANTT entende que a efetividade da balança fixa, por funcionar vinte e quatro horas é maior; não há previsão de execução para faixa de ciclistas. Informado que outros questionamentos apresentados pelo Senhor Verona serão respondidos posteriormente, após melhor entendimento de suas dúvidas. Quanto à execução de contornos, o Senhor Stéphane Louis Georges Quebaud informou da existência de um contorno previsto em Manhuaçu, estrada de Minas, até o 5º ano, de uma extensão de 8,7km. Posteriormente, foi apresentada a contribuição do Senhor Luciano Salgado, protocolada durante a sessão, na qual foi solicitada a inclusão do trecho da BR-262 que corta o município de Ibatiba, desde o km 145 (próximo da Curva da Ferradura) até a altura do Posto da Polícia Rodoviária Federal no município, implantação de redutores eletrônicos de velocidade, passarelas, criação de vagas de estacionamento nas vias paralelas à BR-262. Dado a quantidade de dúvidas, a Senhora Viviane Esse, Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, informou que serão respondidas pela ANTT por escrito. Posteriormente, passou-se à fase de pronunciamento oral com a manifestação, inicialmente de 07 (sete) inscritos. A Senhora Presidente chamou o Sr Paulo Sérgio Brandão, Vereador pela Câmara Municipal de Viana, que apresentou questionamentos quanto à obra que iniciará no trevo da BR-101 e abarcará parte do município de Viana e ainda, considerando a presença do Senhor Halpher Luiggi Mônico Rosa, Superintendente do DNIT/ES, questionou-o a respeito da previsão de obra referente à ponte. O Vereador concluiu manifestando preocupação com os retornos, contornos, passarelas, ciclovia, a sinalização semafórica horizontal e vertical e, principalmente, a mobilidade e

acessibilidade dos municípios e com o uso contínuo e frequente de ciclistas. A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Halpher que por sua vez informou que entre o km 15 e o km 19 o DNIT está desenvolvendo um projeto que vai contemplar as ciclofaixas. Teceu ainda esclarecimentos quanto às obrigações da concessionária que são complementares às do DNIT no trecho Capixaba, não significando que o fato de o DNIT ou o Poder Público estarem realizando algum tipo de obra no trecho concedido, que este não será administrado pela concessionária. A Senhora Viviane complementou dizendo que uma obra não está prevista no estudo porque será executada no contexto do PAC ou pelo DNIT. Daí a importância das Audiências Públicas para ouvir a sociedade. A Senhora Presidente convidou o Senhor Jorge Hélio Macedo, engenheiro da empresa Centauros, que por sua vez demonstrou preocupação quanto à forma como será feita a duplicação e o seu traçado. A Senhora Viviane teceu alguns esclarecimentos sobre as formas de duplicação e informou que só terá essa informação após a apresentação dos projetos fornecidos pela concessionária para aprovação pela Agência Nacional de Transportes Terrestres. Posteriormente, o Senhor Paulo José Santos Lindoso, Diretor Presidente do IBETTRAN, apresentou questionamentos relativos ao projeto, bem como preocupação com a segurança na utilização da rodovia duplicada, dado os acidentes ocorridos e que nos trechos urbanos tenham ciclofaixas e/ou ciclovias para permitir a utilização de bicicletas, principalmente quando a rodovia cortar os trechos urbanos. A Senhora Viviane informou da inovação apresentada pela ANTT nesse projeto da 3ª Etapa – Fase III que é o fator Q que incentiva a qualidade. Em seguida, a Senhora Presidente convidou o Senhor Mário Natali, Superintendente da TRANSCARES, que por sua vez manifestou preocupação quanto ao veto da Presidente da República em se tratando de pontos de parada e repouso para caminhoneiros e ainda repassar os recursos do PAC para a concessionária vencedora de modo a agilizar toda a obra. O Senhor Stéphane Quebaud informou que o tema foi retirado dos estudos devido à determinação do Tribunal de Contas da União, mas ressaltou a preocupação da ANTT nesse sentido. Em complementação, a Senhora Viviane Esse informou que no que tange à apropriação de verba do Governo Federal dentro da concessão, a definição dos trechos a serem concedidos é feita pelo Ministério dos Transportes, faz parte da política pública e o projeto em questão faz parte do Programa de Investimentos em Logística que por sua vez prevê obras do PAC. Portanto, à ANTT cabe, após definição dos trechos, efetuar os estudos de viabilidade. O Senhor Diogo Souza Moraes, representante da Procuradoria-Geral da ANTT, complementou dizendo que para se fazer o que o Senhor Mário sugeriu seria necessário Lei específica. De início, não se pode cogitar tal hipótese. Posteriormente, a Senhora Presidente convidou o Senhor Deusdedith de Azevedo Dias, Secretário Executivo da ASES – Associação dos Empresários da Serra, que apesar de ter-se inscrito não estava presente no momento da manifestação oral. Em seguida, foi chamado o Senhor Francisco Saulo Belisário, Prefeito de Conceição do Castelo, informou que seu município vive de repasse e pediu que fosse considerada a possibilidade de existência do posto de pedágio em Conceição, e questionou sobre o repasse do ISSQN e DOT. O Senhor Diogo Souza Moraes esclareceu como funciona a regra de distribuição do ISSQN advindo de receita de pedágio e que se o município em questão estiver dentro do trajeto ou então localizado sem ter praça de pedágio, receberá parte do ISSQN. Posteriormente, como não haviam mais inscritos a Senhora Presidente perguntou se algum dos participantes gostaria de reforçar seus argumentos, e foi dada a oportunidade de manifestação ao Senhor Paulo Bubach, autônomo e que não havia se inscrito. Questionou sobre como será o pagamento do pedágio se passar, por exemplo, três vezes pela praça. O Senhor Stéphane Quebaud informou dos critérios adotados pela ANTT quando da localização das praças de pedágio, esclareceu que o modelo adotado é o da tarifa única, isto é, cada vez que passar pela praça de pedágio o usuário deverá pagar o valor da tarifa, porém fica a critério da concessionária conceder qualquer tipo de desconto. A seguir, por não haver mais manifestações, a Senhora Presidente informou que a Ata do evento realizado e o relatório específico da Audiência Pública serão oportunamente disponibilizados na internet, no endereço eletrônico da ANTT. Agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão.

Brasília, 16 de janeiro de 2013.

Cynthia Santiago Sobreira
Presidente

Cintia Ferreira Barreto
Secretária